



Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA

Conselho Universitário  
Secretaria dos Conselhos Superiores

|                                                                      |                                                                 |      |                |            |
|----------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|------|----------------|------------|
| ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA                                              |                                                                 | Nº   | 67/2026/CONSUN |            |
| Fonte Normativa                                                      | Data                                                            | Sala | H. Início      | H. Término |
| Regimento Interno do CONSUN. Res. 34, de 15/10/2020                  | 07/05/2026                                                      | 501  | 15:00          | 18:21      |
| Ordem do Dia                                                         | De acordo com a carta convocatória de 30/04/2026 (ev. 2460010). |      |                |            |
| identificação de presenças/exposição dos temas de pauta/deliberações |                                                                 |      |                |            |

1. Processo nº 23103.008725/2026-31. Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte seis, às quinze horas, realizou-se sessão ordinária do Conselho Universitário, na sala 501, prédio 1, sob a presidência da Reitora Jenifer Saffi, com assistência para os trabalhos pelo Vice-Reitor, Rafael José Vargas Alves e pela Secretária dos Conselhos Superiores, Gabriela Frank. Estiveram presentes os seguintes conselheiros titulares ou seus substitutos ou suplentes: Marilu Fiegenbaum, Aline de Souza Pagnussat, Luís Henrique Telles da Rosa, Tiago Pitrez Falcão, Ana Claudia Souza Vazquez, Luciani Fernandes Spencer, Simone Terezinha do Canto Pereira Cohen, Elizabeth de Carvalho Castro, Fernanda Lopes de Souza, Maria Cristina Werlang, Thatiane Alves Pianoschi Alva, Felipe de Souza Stigger, Bárbara Costa Beber, Ricardo Yudi Akiyoshi, Otávio Neves da Silva Bittencourt, Muriel Figueredo Franco, Maria Eugênia Bresolin Pinto, Tiffany Prokopp Hautrive, Lucia Marques Stenzel, José Fernando Ruggiero Bachega, Carolina Pereira Kechinski, Eliane Dallegrave, Ana Paula Trussardi Fayh, Rodrigo Ligabue Braun, Barbara Beber, Tiago Franco de Oliveira, Ana Amélia Antunes Lima, Marilene Porawski Garrido, Gisele Branchini, Joanna D'Arc Lyra Batista, Caroline Tozzi Reppold, Daniela Cardoso Tietzmann, Rafaela Soares Rech, Eduardo Garcia, Cyntia Alencar Fin, Ana Trindade Winck, Alessandra Dartora da Silva, Gabriela Peretti Wagner, Helena Maria Tannhauser Barros, Ana Luiza Pires de Freitas, Marcelo Faria Silva, Patrícia El Beitune, Leticia Sopena Casarin, Raphael Maciel da Silva Caballero, Helena Terezinha Hubert Silva, Sandrine Comparsi Wagner, Tania Maria Rohde Maia, Adriana Kessler, Carla Maria de Martini Vanin, Deividi Fernando da Silva Moreira, Talise Ellwanger Müller, Anelise Marns Corrêa Lopes, Monice Santana dos Santos, Andréia Carolina Duarte Duprat, Edson Arijú Belmonte, Simone Terezinha do Canto Pereira Cohen, Lucimara Da Silva Rocha, Morgana de Marco, Alana Cristhina de Amorim Resina, Riteli de Moura Silveira, Nicolas Endrius Torres Lopes, João Pedro Blaschke Correa e Gabriela Gongalves Roliano. Ausências justificadas: Marcelo Schenk de Azambuja, Gisele Pereira de Carvalho, Silvani Herber Tietbohl, Fúlvia da Silva Spohr, Ana Carolina Faedrich dos Santos. Não compareceram os seguintes conselheiros titulares ou seus substitutos ou suplentes: Antônio Rogério Proença Tavares Crespo, Deisi Cristina Gollo Marques Vidor, Raissa Lima da Cruz Mendes, Isadora Cristina Godoy de Lima, Lisiane Kemmerich da Silva, Abner Willian Quintino de Freitas. A senhora Presidente iniciou a sessão cumprimentando os presentes e informando sobre a participação dos membros dos GTs de novos cursos de graduação nas áreas de Terapia Ocupacional e Educação Física, Alberto Reinaldo Reppold Filho, Alethéa Gatto Barschak, Bruno Manfredini Baroni, Cláudia Dornelles Schneider, João Antônio Bonatto Costa, Juliana Lopes Macedo, Leandro de Freitas Spinelli, Lino Pinto de Oliveira Júnior, Luciani Fernandes Spencer, Marcelo Faria Silva, Mariana Calesso Moreira, Adriana

Torres de Lemos, Adriana Aparecida Paz, Adriana Maisonnave Raffone, Alcyr Alves de Oliveira Junior, Bruna Rodrigues Maziero, Daniela Tonus, Eduardo Garcia, Karin Viegas. Em seguida, passou à ordem do dia. **Ordem do dia: 1. Aprovação da ata da sessão ordinária de 09/04/2026.** Processo: 23103.008725/2026-31. Sem manifestações prévias ou durante a sessão, a ata foi votada e aprovada por contraste, com seis abstenções. **2. Autorização para execução de Projeto de Pós-Graduação em Diabetes e Obesidade.** Processo: 23103.022779/2025-28. Com pareceres favoráveis da Coordenação de Convênios e Projetos Institucionais e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, a pauta destinou-se à análise da autorização para execução do projeto com percentual de pessoas vinculadas à UFCSPA inferior a dois terços, conforme prevê a Resolução Conjunta Consun-Consepe nº 3/2022. A senhora Presidente contextualizou que o projeto pedagógico do Programa de Pós-Graduação em Diabetes e Obesidade já havia sido previamente aprovado pelo Conselho. Esclareceu que, embora a norma institucional estipule que a equipe do projeto seja constituída por no mínimo dois terços de pessoas vinculadas à universidade, a legislação vigente (Decreto nº 7.423/2010, que regulamenta as relações entre instituições federais de ensino superior e fundações de apoio) admite, em caráter excepcional e justificável, a redução desse percentual até o limite mínimo de um terço. Conforme justificativa apresentada pela Coordenadora do Curso, Profa. Carolina Leães, a composição sugerida decorre da necessidade de participação direta de profissionais vinculados à Santa Casa. Aberta a palavra para manifestações, a Conselheira Maria Eugênia Bresolin Pinto questionou se os preceptores poderiam ser contabilizados como parte do corpo docente para fins do cálculo desse percentual. Em resposta, a senhora Presidente esclareceu que os preceptores externos não integram o corpo docente. Complementando o esclarecimento, a conselheira Aline de Souza Pagnussat pontuou que são computados como integrantes do corpo da UFCSPA os servidores docentes, os técnicos-administrativos e também os estudantes de pós-graduação, exigindo-se, portanto, a comprovação de algum vínculo formal com a universidade. Colocada em votação, a pauta foi aprovada por unanimidade. RESOLUÇÃO CONSUN UFCSPA Nº 290, DE 07 DE MAIO DE 2026 **3. Apresentação de estudo de novos cursos de graduação nas áreas de Terapia Ocupacional e Educação Física.** Processo: 23103.008933/2026-30. A senhora Presidente informou que os GTs fariam as apresentações em sequência para propiciar uma discussão fundamentada, visto que as propostas se complementam em termos de infraestrutura, relevância social, demanda epidemiológica e dimensionamento de recursos humanos. Esclareceu que as iniciativas se inserem no escopo do pilar "Universidades Transformadoras" do governo federal, conforme apresentado na sessão anterior, e que o espaço para debates e questionamentos seria aberto após o encerramento de ambas as falas. Na sequência, foi concedida a palavra ao conselheiro Marcelo Faria Silva para conduzir a apresentação da proposta do curso de Terapia Ocupacional (TO). Registrou-se a presença das professoras Bruna Rodrigues Maziero, vice-presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, e Daniela Tonus, docente da Universidade Federal de Santa Maria, que atuaram como colaboradoras externas do GT. O grupo foi composto pelo conselheiro e pelos docentes Adriana Aparecida Paz, Adriana Raffone, Alves de Oliveira Júnior, Alethéa Gatto Barschak, Eduardo Garcia e Karen Vegas. Contextualizando a relevância das propostas, o conselheiro Marcelo Faria Silva informou que os cursos de Terapia Ocupacional e Educação Física são apontados pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Educação como potenciais para auxiliar no sistema de saúde pública e reduzir gargalos assistenciais, a exemplo do programa de redução de filas. Na sequência, apontou que a expansão reflete a identidade institucional da UFCSPA, caracterizada pelo compromisso social, pela atuação interdisciplinar e pela integração com o SUS. Ressaltou o alinhamento das propostas com a diretriz "Universidades Transformadoras" do Governo Federal, sob a perspectiva de que a instituição tem a possibilidade de ampliar o cuidado, promover a inclusão social e responder às demandas populacionais e epidemiológicas contemporâneas. Ao detalhar o cenário atual e os desafios sociais, apontou que a graduação em TO responde diretamente a necessidades da atualidade, tais como o envelhecimento populacional, o aumento de condições crônicas, o crescimento das demandas em saúde mental, o atendimento a indivíduos neurodivergentes e o cuidado pós-internação. No que tange aos dados demográficos da categoria no Rio Grande do Sul, apresentou indicadores do Conselho Regional, evidenciando a existência de 338 profissionais em Porto Alegre e 1.254 no estado, o que representa a razão local de um profissional para cada 83 mil habitantes, índice distante do piso mínimo recomendado pela Confederação Mundial de Terapia Ocupacional, que estipula a proporção de um para 10 mil habitantes. Quanto ao panorama do ensino superior, informou haver atualmente 23 cursos em universidades públicas no país, sendo 19 em instituições federais. No âmbito estadual, a oferta federal restringe-se às universidades localizadas em Pelotas e Santa Maria, inexistindo tal graduação na capital em caráter público federal. Ressaltou que esses números refletem uma grande necessidade social em relação a essa

atividade, visto que a desassistência gera limitação na efetividade das políticas públicas, deixando segmentos vulneráveis sem acesso à inclusão e ao cuidado. Defendeu que esse cenário, no entendimento do GT, justifica a implantação do curso na universidade, alinhando-se à responsabilidade social e à missão da UFCSPA como uma instituição da saúde voltada para o desenvolvimento do ecossistema assistencial da população. Detalhou que os pilares da formação se estruturam em base teórico-prática, consistência metodológica, fundamentação científica e alinhamento às diretrizes do SUS, promovendo a compreensão ampliada do ser humano nas dimensões biológica, psicológica, social, cultural e ambiental. Destacou, sob a perspectiva acadêmica, a relação entre a graduação e a pós-graduação, ressaltando que a área integra a área 21 da CAPES ao lado da Fisioterapia, da Fonoaudiologia e da Educação Física, o que impulsionará a produção de conhecimento e o desenvolvimento do stricto sensu. Quanto ao perfil do egresso, apontou quatro eixos norteadores: prática generalista qualificada, trabalho interprofissional, produção de conhecimento integrada à pesquisa e à inovação e atuação contextualizada e focada na autonomia do sujeito. Caracterizou a matriz curricular pelas vertentes de ciência, ocupação e tecnologia, destacando diferenciais como a ênfase em neurociência, a prática baseada em evidências, a vivência prática desde o início do curso e o desenvolvimento de ferramentas assistivas voltadas à extensão e à promoção integral da saúde. Em relação à especificação acadêmica, informou que o projeto atende às diretrizes curriculares nacionais, prevendo curso de bacharelado presencial em regime semestral por disciplinas, com oferta de 40 vagas anuais e funcionamento no turno vespertino e noturno, distribuídas em nove semestres, com carga horária total de 3.600 horas. A modelagem considerou a análise das matrizes vigentes na universidade, identificando-se forte identidade e base comum com o primeiro e o segundo ano da graduação em Fisioterapia. A implantação do curso no segundo período letivo constitui uma escolha estratégica para a organização pedagógica e a otimização de vagas, reduzindo o risco de retenção e atraso acadêmico de discentes em disciplinas equivalentes. Quanto à carga horária, detalhou que a estrutura curricular é composta por 10% de atividades de extensão, 20% de estágio supervisionado (720 horas), 100 horas de atividades complementares, 90 horas de disciplinas optativas e 1.000 horas de práticas distribuídas ao longo do curso, em atendimento aos critérios internacionais da área. No que se refere ao ecossistema de infraestrutura, defendeu o modelo de laboratórios integrados e compartilhados com outras graduações, como Educação Física, Psicologia e Fisioterapia, detalhando a previsão de três estruturas específicas: a) Laboratório de Atividades de Vida Diária, focado na autonomia doméstica e social; b) Laboratório de Tecnologia Assistiva e Órteses, voltado à inovação, adaptações e ergonomia aplicada; e c) Laboratório de Atividades Corporais Expressivas, com foco em intervenções sensório-motoras e desenvolvimento psicossocial. Com relação ao dimensionamento de pessoal, a proposta prevê o quadro de 20 docentes, com a previsão de 10 profissionais na implantação inicial. Para o suporte técnico-administrativo, indicou a necessidade de três técnicos para os laboratórios compartilhados, quatro técnicos para a Clínica Escola, além de um técnico circulante e um secretário de curso integrado à estrutura atual. Quanto ao Trabalho de Conclusão de Curso, consistirá em pesquisa aplicada a problemas do sistema de saúde, configurando intervenção comunitária com orientação especializada e defesa pública. Complementou que o fomento a esse ecossistema acadêmico gera oportunidades para o corpo discente, estimulando o ingresso de egressos em programas de pós-graduação stricto sensu e em residências em saúde, o que constitui característica da UFCSPA. Concluiu a exposição definindo o projeto como resposta estrutural à desassistência na região, unindo rigor científico, infraestrutura e o compromisso de promover autonomia, inclusão e qualidade de vida no Rio Grande do Sul. Na oportunidade, o conselheiro agradeceu o trabalho de todos os membros do GT e o suporte das especialistas externas que subsidiaram a construção do projeto frente às oportunidades sinalizadas pelo Governo Federal. Dando continuidade à dinâmica estabelecida para o item da pauta, a palavra foi concedida ao professor visitante Alberto Reinaldo Reppold Filho, que agradeceu à gestão e aos membros do GT. Ele fez uma explanação de sua trajetória acadêmica, destacando o período como docente e como diretor da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da UFRGS, a sua participação em comissões de avaliação do MEC na área de formação básica e sua atual vinculação ao PPG Reabilitação da UFCSPA. Caracterizou o GT como uma equipe interdisciplinar composta por docentes de diferentes departamentos da instituição, incluindo profissionais com dupla formação e experiência em gestão universitária de ensino. Explicou que o estudo de viabilidade se estruturava em quatro eixos: a análise do cenário atual e das demandas sociais; a inserção da UFCSPA; o perfil formativo e as características da proposta; e as condições estruturais e de pessoal necessárias para a implementação. Ao iniciar o detalhamento do primeiro eixo, relativo ao diagnóstico do cenário contemporâneo, justificou a pertinência de uma nova graduação pública na capital frente a duas tendências globais e aceleradas que impactam diretamente a área da saúde: o fenômeno do envelhecimento

populacional e o crescimento dos índices de inatividade física. Apresentou dados do Diagnóstico Nacional do Esporte, apontando que apenas 30% da população realiza atividade física de forma sistemática e orientada. Ponderou que, embora exista uma conscientização crescente quanto à importância do exercício, esta não se traduz efetivamente em hábitos de vida. Explicou que a combinação entre o envelhecimento populacional e a inatividade física global gera um risco sistêmico com efeitos em cascata, desencadeando o aumento de doenças crônicas não transmissíveis, transtornos psicológicos e afecções neurodegenerativas. Esse panorama resulta na redução da capacidade funcional dos indivíduos e em uma elevada carga de morbimortalidade, gerando um severo impacto socioeconômico. Frente a isso, destacou que a literatura científica é robusta em apontar o exercício físico como estratégia e elemento-chave na prevenção e no tratamento de patologias cardiovasculares, metabólicas, musculoesqueléticas, psicológicas e oncológicas. Identificou, contudo, um crítico gargalo assistencial: a escassez de profissionais de Educação Física qualificados para atuar nessa vertente, visto que a oferta de cursos existentes não prepara o contingente necessário em quantidade e qualidade para o ecossistema da saúde pública. Nesse sentido, evidenciou a necessidade de o profissional ser capaz de planejar ações, implementar intervenções clínicas e preventivas, exercer a supervisão técnica e avaliar os impactos das ações por meio de indicadores de saúde. Para certificar essa demanda, informou que o GT realizou uma análise dos projetos pedagógicos de cursos da Região Metropolitana e de universidades federais do estado, constatando uma lacuna de formação para o perfil pretendido. Explicou que as diretrizes curriculares nacionais vigentes impõem um modelo de entrada única que unifica a Licenciatura e o Bacharelado nos primeiros quatro semestres. Essa estrutura pedagógica direciona carga horária à formação escolar, o que restringe o desenvolvimento de uma trajetória voltada integralmente às demandas do SUS. Relatou que o GT realizou consultas e reuniões com entidades representativas da área, mencionando que o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte manifestou-se em parecer, reconhecendo a relevância da proposta. Além disso, mencionou que o Conselho Regional de Educação Física (CREF) procurou a instituição para relatar a carência de profissionais qualificados e solicitar o apoio da universidade, endossando a criação da graduação e o desenvolvimento de ações de extensão para a qualificação da categoria. Também há um alinhamento com a Federação de Educação Física e Esporte e com as Secretarias de Esporte e Lazer do Município e do Estado, evidenciando-se a necessidade de um profissional voltado à saúde coletiva, com inserção no SUS e capacidade para mensurar impactos econômicos. Estabeleceu um paralelo com o perfil de formação em Educação Física focado na atuação escolar e no desempenho esportivo, como clubes e treinamento personalizado. Em contrapartida, definiu como diferenciais do projeto da UFCSPA o foco na prevenção e reabilitação de doenças crônicas, a imersão interdisciplinar com as demais áreas da saúde, a atuação pautada pelas políticas públicas de atenção básica e o emprego de indicadores epidemiológicos para a avaliação de resultados. Ao situar o papel da UFCSPA, enfatizou que o novo bacharelado consolida a referência nacional da instituição na área da saúde e expande seu escopo formativo. Explicou que, enquanto as diretrizes curriculares nacionais preveem três eixos para o bacharelado — saúde, esporte, e lazer e cultura —, a proposta da universidade adota uma abordagem integrada cujo centro de gravidade é o cuidado humano ao longo de todo o ciclo de vida. Sob essa lógica, o esporte e o lazer atuam como interfaces de inclusão, cidadania e promoção da saúde. Detalhou que o espectro de atendimento abrangerá desde crianças até idosos, atletas de alto rendimento, populações em vulnerabilidade social, pacientes hospitalizados e pessoas com deficiência. Sobre este último segmento, destacou a relevância do contato com o Comitê Paralímpico Brasileiro, viabilizado por parceria com a Andifes. Em relação à especificação acadêmica, informou a previsão de 40 vagas anuais para o curso de Bacharelado presencial, com funcionamento nos turnos vespertino e noturno. O regime será semestral por disciplinas, integralizado em oito semestres, com carga horária de 3.200 horas. Em conformidade com as normativas, a matriz prevê 20% de estágio supervisionado (640 horas) e 10% de atividades de extensão, além de carga horária distribuída em práticas desde o primeiro semestre, atividades complementares e Trabalho de Conclusão de Curso, com orientação e defesa pública. No que tange à implantação, o curso demandará quatro salas de aula para as turmas em andamento. No âmbito laboratorial, especificou a necessidade de quatro estruturas: a) Fisiologia do Exercício; b) Biomecânica; c) Comportamento Motor; e d) Avaliação Funcional. Ponderou que a Avaliação Funcional já conta com instalações compartilhadas na universidade (utilizadas pelos cursos de Fisioterapia e Nutrição) e que pelo menos três desses laboratórios serão compartilhados com outros cursos. Indicou, ainda, a necessidade de adequação ou renovação de uma sala de musculação equipada, a demanda por um ginásio poliesportivo, mencionando tratativas junto à Prefeitura para a captação de espaços públicos, e o compartilhamento de uma sala de atividades complementares com o curso de Terapia Ocupacional. Em relação ao dimensionamento de pessoal, projetou o quantitativo de 12

docentes, sendo 10 destinados à área técnica do curso e os demais vinculados a disciplinas de base comum junto aos demais departamentos da instituição (como anatomia e fisiologia). Para o suporte técnico-administrativo, indicou a necessidade de quatro servidores, distribuídos entre a secretaria integrada e o suporte aos laboratórios. No que tange à empregabilidade, mapeou quatro áreas: a) saúde pública (abrangendo a atuação direta no SUS e a gestão de políticas em secretarias municipais e estaduais); b) clínica e suplementar (envolvendo serviços privados, centros de reabilitação e o mercado autônomo de personal training especializado); c) espaço corporativo e tecnológico (focado na atividade física empresarial e no desenvolvimento de tecnologias assistivas e de inovação em saúde, em sinergia com o Inova UFCSPA); e d) espaço esportivo e social (composto por academias, clubes, escolas esportivas e projetos comunitários). Concluiu a exposição sintetizando os pontos fortes da proposta: a) o elevado interesse público e a crescente demanda social; b) o alinhamento à expansão de políticas do Ministério da Saúde; c) a alta empregabilidade decorrente da ausência de concorrência direta no perfil proposto; e d) a oportunidade de consolidação do projeto de "Universidades Transformadoras", colocando-se à disposição do conselho para esclarecimentos. A senhora Presidente agradeceu aos GTs pela elaboração dos estudos apresentados e antes de abrir a sessão para perguntas, abordou as questões relacionadas à infraestrutura e ao pessoal docente e técnico. Quanto à viabilidade de espaços físicos, informou que estão sendo conduzidas tratativas com as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, de Saúde e do Esporte para a prospecção de espaços em Porto Alegre, com articulação em parceria com o Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE), localizado no bairro Menino Deus, local onde a universidade já desenvolve atividades. Quanto aos recursos humanos, continuam sendo pleiteadas vagas diretamente junto ao MEC. No âmbito nacional, contextualizou que a Andifes firmou um acordo de cooperação com o Comitê Paralímpico Brasileiro, entidade que manifestou apoio ao tomar conhecimento do estudo da UFCSPA para a criação do bacharelado em Educação Física com foco na área paralímpica. Ressaltou que o Comitê sinalizou interesse em colaborar com a discussão, apontando a carência de profissionais de saúde qualificados nesse segmento e a intenção de capilarizar essas capacitações pelas universidades federais. A conselheira Maria Eugênia Bresolin Pinto parabenizou os GTs e solicitou que, para avaliações futuras, os materiais enviados previamente aos conselheiros coincidam com os dados apresentados em sessão. Com relação à proposta do curso de TO, observou que a iniciativa atende a um déficit de profissionais no mercado. Quanto ao de Educação Física, manifestou preocupação com a composição do Grupo de Trabalho, apontando que não havia representantes do Departamento de Saúde Coletiva, o que considerava pertinente dada a natureza de atuação prevista. Sobre recursos humanos e infraestrutura, questionou o dimensionamento do corpo docente necessário para a consolidação do curso a longo prazo e alertou sobre a atual sobrecarga nos laboratórios de ciências básicas (como bioquímica, citologia e patologia), os quais já operam acima de sua capacidade. Diante disso, recomendou cautela para que a efetivação de um curso desse porte ocorra após a consolidação física dos laboratórios e do espaço projetado no CETE. Também pontuou a questão da empregabilidade, majoritariamente voltada ao setor privado, e ponderou, na condição de médica do esporte, sobre a inclusão do pilar de alta performance. Esclareceu que o esporte de alto rendimento atua no limite biológico, distanciando-se do conceito de saúde, e que sua implementação demanda especialização docente e equipamentos de custo elevado. Em atenção aos questionamentos, a senhora Presidente assegurou que o Departamento de Saúde Coletiva será formalmente consultado quanto ao interesse em compor o GT de Educação Física, reconhecendo a importância da participação para a construção da proposta. Quanto ao condicionamento do início dos cursos à consolidação prévia de toda a infraestrutura e recursos humanos, ponderou que a dinâmica de expansão institucional e o cenário orçamentário nacional exigem a tramitação e aprovação prévia dos projetos para a captação de recursos. Esclareceu que a deliberação favorável do Conselho não implicaria no início imediato das graduações no ano letivo subsequente, embora existam induções do MEC nesse sentido. Lembrou, ainda, que a criação do curso de Educação Física já havia sido aprovada pelo Conselho em gestão anterior, tratando-se agora de uma readequação à realidade contemporânea. Instigou a reflexão sobre as propostas com base na missão institucional e no compromisso social da universidade frente às demandas da sociedade. A conselheira Elisabete de Carvalho Castro manifestou concordância com os pontos levantados pela conselheira Maria Eugênia Bresolin Pinto, externando sua preocupação quanto ao dimensionamento do corpo docente apresentado, o qual contemplou predominantemente os profissionais específicos. Com base em sua experiência prévia como chefe do Departamento de Ciências Básicas da Saúde, alertou para o risco da sobrecarga das disciplinas fundamentais e dos laboratórios de aulas práticas — citando como exemplos as áreas de histologia, citologia e fisiologia —, os quais já enfrentam graves restrições de espaço e sérias dificuldades de agendamento, inclusive no período noturno. Diante disso, sugeriu ao GT que realize um

estudo de impacto detalhado sobre as disciplinas básicas, integrando ao planejamento não apenas as vagas para docentes específicos, mas também o aporte de pessoal necessário para suprir a demanda gerada nas áreas de anatomia, fisiologia e demais ciências básicas que darão suporte ao novo curso. Em resposta, a conselheira Marilu Fiegenbaum informou que a PROGRAD, em conjunto com a PROINFRA e demais pró-reitorias envolvidas, vem realizando um planejamento estruturado para mitigar os impactos de novas propostas. Relatou que foi efetuado um levantamento global da carga horária de todos os docentes e departamentos no período de 2022 a 2026/1, subsídio este encaminhado aos departamentos para auxiliar na análise interna de demanda por novos docentes, reconhecendo-se que a atuação docente transcende as atividades de sala de aula. No que tange à infraestrutura, foi realizado um mapeamento sobre a ocupação de todos os laboratórios, no qual foi adotado um sistema de classificação por cores para identificar a viabilidade de novos fluxos: a) faixas vermelhas para laboratórios com ocupação máxima; b) faixas amarelas para ocupação intermitente; e c) faixas verdes para períodos com ociosidade e disponibilidade de horários, tendo sido observada, preliminarmente, uma maior incidência de faixas verdes no turno da tarde. Quanto às propostas, esclareceu que, por se tratar de uma etapa inicial voltada estritamente ao estudo de pertinência institucional dos cursos de TO e Educação Física, as matrizes curriculares e a carga horária detalhada de cada disciplina ainda não foram detalhadas. A conselheira Helena Maria Tannhauser Barros parabenizou os envolvidos e destacou que o estudo representa um passo importante para uma expansão sustentável. Pronunciando-se como representante do Departamento de Farmacociências, solicitou o registro em ata da preocupação quanto ao impacto nas disciplinas a ele vinculadas, as quais possuem ampla transversalidade, reforçando a importância de que o departamento seja incluído no alinhamento das futuras matrizes curriculares. Adicionalmente, questionou sobre a real demanda de candidatos interessados nos novos cursos, lembrando o histórico da instituição com graduações que, apesar da oferta inicial de quarenta vagas anuais, finalizaram com poucos alunos. A senhora Presidente informou que a demanda discente e o preenchimento de vagas foram amplamente debatidos durante a elaboração dos estudos. Contudo, propôs uma reflexão filosófica acerca da função social e da missão da universidade pública em contraposição à lógica do setor privado. Ponderou que a manutenção ou criação de determinados cursos em instituições públicas se justifica primordialmente pela necessidade social e pela relevância estratégica das áreas para o país, mesmo em cenários históricos de oscilação na busca por vagas, sob pena de desassistência de setores fundamentais da sociedade, citando como exemplo a oferta de graduações com baixa procura, como o estudo do grego. O conselheiro Marcelo Silva Faria lembrou que, em 2015, conduziu o GT para a criação do curso de Educação Física, em um cenário nacional de expansão impulsionado por megaeventos esportivos, proposta que obteve ampla aceitação na época, mas não prosperou por restrições estruturais e políticas. Salientou que a atual conjuntura abre uma nova janela de oportunidade para propor uma graduação com foco estrito em saúde. Informou que a instituição já possui massa crítica para essa construção, contando com oito docentes e um servidor técnico-administrativo com formação na área, os quais integraram o GT. Ressaltou que o grupo permanece aberto a sugestões e planeja visitar os departamentos para compartilhar as discussões, demonstrando disponibilidade para a participação de outros colegas. Passou a palavra para a professora convidada Daniela Tonus, da UFSM, que compartilhou sua experiência docente na área de TO, traçando um contraponto entre as realidades das instituições de ensino privadas e públicas. Ponderou que, embora no setor privado a sustentabilidade dos cursos seja impactada por fatores financeiros, o cenário nas universidades federais demonstra uma alta e consistente procura discente. Citou como exemplo a realidade da UFSM, que reduziu a oferta de setenta para cinquenta vagas anuais não por escassez de candidatos, mas para adequar o contingente de alunos à capacidade de supervisão do corpo docente disponível. Alertou que as turmas formadas não têm sido suficientes para suprir a demanda de mercado da região, ocorrendo inclusive a evasão de profissionais recém-formados para o estado de Santa Catarina, o que acentua o déficit de terapeutas ocupacionais no Rio Grande do Sul, estado que conta atualmente com apenas duas universidades federais — UFSM e UFPel — ofertando a graduação. Por fim, ressaltou o fortalecimento histórico e a expansão do campo, relatando que, em recentes solenidades de colação de grau, o volume de formandos em TO superou o de áreas tradicionalmente concorridas, como Fisioterapia e Fonoaudiologia, ratificando a existência de uma sólida demanda e a atratividade do curso no âmbito das instituições federais de ensino superior. Respondendo aos questionamentos, o professor convidado Alberto Reinaldo Reppold Filho sinalizou que no que tange ao dimensionamento do corpo docente, as projeções iniciais visavam estimar o contingente mínimo para a viabilidade do curso, reconhecendo que o estudo de impacto necessita de maior tempo para ser aprofundado junto aos departamentos, estando o GT comprometido em refinar tais quantitativos. Em resposta às observações sobre o mercado de trabalho, ponderou que o cenário atual de restrição de vagas

no setor público decorre da escassez de profissionais com qualificação específica na área da saúde, sendo o curso proposto uma alternativa para suprir essa demanda. Esclareceu, que a menção aos termos "atleta" e "alto rendimento" nos materiais de apoio não pressupõe a formação direta para o esporte de alta performance, mas sim o enfoque na saúde do atleta, na prevenção de lesões e no suporte a projetos de iniciação esportiva e paralímpica, capacitando o egresso a intervir de forma qualificada e a buscar especializações posteriores. Quanto à indagação acerca da atratividade discente, o professor informou que, embora careça de dados estatísticos no momento, as tendências observadas em outras instituições federais indicam uma retração na busca pelas licenciaturas e uma sólida procura pelos bacharelados. Concluiu apontando que o diferencial da proposta da UFCSPA reside justamente em afastar-se da carga horária voltada à Educação Física escolar para focar, desde o início, em um núcleo formativo robusto em saúde, atendendo às necessidades do setor. A conselheira Andréia Carolina Duarte Duprat relatou que, após dialogar com seus pares acerca das propostas dos novos cursos, o entendimento é de que o quantitativo de servidores técnico-administrativos em educação estimado nos projetos se encontra subestimado. Ponderou que a universidade apresenta déficit em seu quadro atual e que as projeções dos GTs contemplam os profissionais que atuarão de forma direta nos cursos, como os laboratoristas, sem prever o impacto gerado nos setores estruturais de apoio. Sinalizou que a expansão demandará incremento de pessoal no DERCA, no NAP, na Biblioteca e na Prefeitura, além de exigir a ampliação orçamentária do PNAES. Citou a situação da área de Anatomia, que conta com um técnico, e defendeu que o crescimento institucional seja estruturado por meio de quadro efetivo de servidores, e não por bolsistas. Sugeriu que os GTs adotem como prática a interlocução com os departamentos administrativos para o dimensionamento, visto que a previsão é de incremento de mil alunos em cinco anos, enquanto o saldo de servidores TAEs permanece estagnado. Com relação ao mapeamento de uso dos laboratórios, ponderou que os dados de ocupação desses espaços não refletem a real carga de trabalho dos técnicos da área. Explicou que as atribuições desses servidores vão além do período das aulas, englobando as etapas de preparação e organização das atividades práticas, bem como a participação em capacitações, comissões e GTs. Também manifestou preocupação quanto à infraestrutura física e à possibilidade de a UFCSPA depender de espaços externos, como os vinculados ao Estado, ao município ou a entes privados. Alertou que os investimentos nessas esferas dependem de acordos que podem ser revistos em decorrência de mudanças de gestão. Quanto à proposta do curso de Educação Física, relembrou que as discussões anteriores se inseriam na realidade da projeção do campus em Canoas. Apontou que, no âmbito das políticas de saúde pública, verifica-se escassez de vagas em concursos públicos e em hospitais para profissionais dessa área, o que direcionará a atuação dos egressos para o setor privado. A senhora Presidente informou que a preocupação com o dimensionamento dos TAEs tem sido objeto de solicitações reiteradas junto ao MEC. Comunicou que entregou formalmente ao Ministro da Educação as demandas institucionais e que recentemente a universidade realizou o preenchimento de um formulário do MEC detalhando a necessidade de pessoal técnico, cuja estimativa supera 100 servidores. A conselheira Ana Cláudia Souza Vazquez apontou que a análise realizada pela conselheira Andréia Carolina Duarte Duprat está correta, ressaltando, contudo, que os dados correspondem a uma etapa inicial e não ao estudo técnico definitivo de viabilidade ou ao dimensionamento da força de trabalho. A conselheira Ana Trindade Winck manifestou preocupação quanto ao compartilhamento de recursos humanos já existentes na universidade para atuar nos novos cursos. Ponderou que o atendimento a essas propostas poderia resultar no aumento da carga horária de sala de aula, em detrimento de outras atividades acadêmicas, visto que as vagas previstas não cobririam todas as demandas. Questionou, também, a ênfase da graduação em Educação Física, indagando sobre o diferencial da formação e a inserção do egresso no mercado de trabalho, especificamente no SUS. Nesse sentido, perguntou se o profissional competirá de forma igualitária com os demais bacharéis ou se haverá distinção nos processos seletivos em razão da matriz curricular direcionada à área da saúde. Por fim, solicitou esclarecimentos sobre o planejamento logístico para o deslocamento de estudantes e docentes até os locais onde serão estruturados os laboratórios e o centro esportivo fora da UFCSPA. A conselheira Simone Terezinha do Canto Pereira Cohen parabenizou a apresentação da proposta, destacando a importância da expansão institucional da universidade. Corroborou as manifestações anteriormente apresentadas pela conselheira Andréia Carolina Duarte Duprat a respeito das preocupações do corpo técnico-administrativo quanto ao atual déficit de pessoal e à participação da categoria nas discussões. Também sinalizou a questão da garantia de permanência estudantil para os novos discentes, enfatizando a responsabilidade institucional no acolhimento de alunos cotistas, que deverão ocupar ao menos metade das vagas previstas. conselheiro Nicolas Endrius Torres Lopes perguntou se as clínicas-escola de TO e de Educação Física utilizariam o espaço da Clínica da Família, atualmente em construção, ou se

demandariam uma nova infraestrutura própria. Em relação ao curso de TO, indagou se o ingresso das 40 vagas previstas ocorreria integralmente no segundo semestre ou de forma fracionada entre os períodos letivos, solicitando esclarecimentos sobre o impacto dessa dinâmica na ocupação das salas de aula existentes na universidade. Quanto às disciplinas intercursos, questionou se a integração curricular resultaria na unificação de turmas, com o consequente aumento expressivo do número de alunos por sala e da carga de trabalho docente, e se haveria uma regulamentação para delimitar esses parâmetros. Apontou a ausência de escala no gráfico sobre crescimento populacional e comorbidades apresentado para a Educação Física, solicitando sua inclusão no material a ser disponibilizado para melhor compreensão. Também manifestou preocupação com a destinação dos quatro técnicos previstos para a abertura da Educação Física, relatando que a universidade enfrenta dificuldades atuais no laboratório de anatomia devido ao déficit de pessoal, o que compromete, inclusive, o agendamento de monitorias para essa disciplina básica. Com relação ao estudo de uso dos espaços universitários mencionado pela Reitoria, questionou onde poderia ter acesso a ele. Também demonstrou preocupação quanto à utilização do CETE, apontando o risco institucional de alocar recursos da universidade em uma estrutura gerida pelo poder estadual, citando como exemplo o cenário de precarização de outras instituições públicas estaduais. Por fim, pontuou o frequente esvaziamento das sessões do Conselho. A senhora Presidente manifestou concordância com a queixa apresentada pelo conselheiro Nicolas Endrius Torres Lopes a respeito do esvaziamento das sessões. Ressaltou que a participação nas reuniões do Conselho possui precedência regulamentar sobre as demais atividades acadêmicas, inclusive aulas. Com relação à permanência dos alunos até a conclusão da graduação, pauta levantada pela conselheira Helena Maria Tannhauser Barros, o conselheiro Nicolas Endrius Torres Lopes informou que a taxa média de evasão no Brasil é de 38% para o curso de Educação Física e de 27% para o de Terapia Ocupacional. Para fins comparativos com a realidade institucional, citou que a Informática Biomédica apresenta um índice de desistência entre 50% e 55%, enquanto as propostas de Tecnologia e Ciência de Dados, avaliadas na reunião anterior, registram médias gerais de abandono entre 65% e 72%. A senhora Presidente pontuou que a evasão estudantil constitui um fenômeno de âmbito nacional, ressaltando a relevância de debates institucionais acerca do engajamento e da motivação da atual geração no ensino superior público. Salientou que, embora os índices de evasão gerem preocupação, a universidade apresenta uma das menores taxas do país, devido ao perfil de seus cursos na área da saúde, destacando que a instituição atinge historicamente o preenchimento de quase a totalidade das vagas pelo Sisu, tendo alcançado o índice de 99,7% no ano corrente. Enfatizou o compromisso institucional com as políticas de permanência estudantil como parte da responsabilidade pública da universidade. Esclareceu que os quantitativos de técnicos e de salas apresentados integram um estudo preliminar, cujo objetivo atual é deliberar sobre a viabilidade e a pertinência da expansão institucional e do mapeamento minucioso da força de trabalho e do espaço físico, etapas que precedem a construção dos projetos pedagógicos a serem avaliados pelo CONSEPE. Informou que propostas de alteração na dinâmica de ingresso, visando a otimização dos espaços, estão sob análise de viabilidade tanto para as novas propostas quanto para os cursos já existentes. Por fim, esclareceu que a clínica-escola de TO demandará um espaço específico, distinto da Clínica da Família, e que, embora as plantas estruturais não sejam disponibilizadas publicamente por razões de segurança institucional, os projetos técnicos estão acessíveis para consulta mediante solicitação de qualquer conselheiro. O conselheiro Marcelo Faria Silva reforçou que os GTs estão abertos a convidar e a integrar o corpo técnico-administrativo nas discussões sobre a força de trabalho, em ação conjunta com as pró-reitorias. No que tange à infraestrutura, explicou que a clínica-escola de TO seguirá as diretrizes curriculares próprias da área, constituindo um ambiente específico, embora tanto este curso quanto o de Educação Física possam agregar valor às atividades da Clínica da Família. Quanto ao ingresso de 40 vagas no meio do ano letivo para a TO, defendeu a estratégia como uma medida para atenuar a retenção estudantil e otimizar o fluxo de disciplinas comuns com a Fisioterapia e a Educação Física, permitindo o aproveitamento de créditos e facilitando a organização das áreas verdes laboratoriais junto à PROGRAD. Relativamente à parceria com o CETE, informou estar acompanhando as tratativas com o governo estadual e ressaltou que os investimentos da universidade serão resguardados por garantias jurídicas de longo prazo. Sinalizou preocupação com relação à estagnação da expansão da universidade nos últimos dez anos em comparação a outras instituições federais. Defendeu que os projetos atendem a demandas sociais legítimas de saúde pública, alinhadas ao escopo institucional e ao PDI. A conselheira Monice Santana dos Santos manifestou preocupação com a viabilidade imediata da expansão proposta, argumentando que a instituição já enfrenta um déficit de servidores técnicos e de espaço físico. Apontou que, com o ingresso previsto de 40 alunos por ano em cada um dos dois novos cursos, haverá um acréscimo progressivo de 80 discentes no primeiro

ano, 160 no segundo, alcançando até 400 estudantes matriculados até a formação das turmas. Diante disso, questionou a previsão e a garantia de novos concursos públicos para docentes e técnicos, defendendo que os esforços institucionais deveriam priorizar a consolidação e o atendimento das demandas reprimidas da configuração atual. Indagou sobre a obrigatoriedade de adesão à mencionada janela de oportunidade do MEC e quais seriam as garantias orçamentárias para a implementação e sustentabilidade das novas graduações a longo prazo. Por fim, sugeriu o adiamento da expansão para um momento posterior, após a reorganização e solidificação da estrutura existente. O conselheiro Raphael Maciel da Silva Caballero questionou o prazo limite para a tomada de decisão a respeito das propostas apresentadas, ressaltando a necessidade de amadurecimento das discussões. Indagou sobre a intenção da gestão em aproveitar a janela de oportunidade do MEC. Por fim, solicitou esclarecimentos sobre a alocação de pessoal, citando como exemplo o fato de haver docentes na instituição com graduação em Educação Física atuando em outras áreas, e perguntou como se dará a dinâmica de compartilhamento ou realocação desses profissionais para atender às novas demandas curriculares desse curso. Esclareceu que sua colocação não se tratava de uma oposição ao projeto, mas sim de uma reflexão sobre a carga horária docente atual. Ponderou que, embora o mapeamento institucional indique que nem todos os professores atingiram o teto de horas de aula, o limite máximo regulamentar não deve ser confundido com o patamar ideal de trabalho. Questionou qual seria o dimensionamento de carga horária razoável em sala de aula, alertando que sobrecarregar o corpo docente prejudica outras atividades acadêmicas. A conselheira Gabriela Peretti Wagner manifestou apoio às considerações apresentadas anteriormente pelas conselheiras Maria Eugênia Bresolin Pinto, Simone Terezinha do Canto Pereira Cohen, Andréia Carolina Duarte Duprat e Ana Trindade Winck. Quanto à participação de integrantes do Departamento de Psicologia nos GTs, no tocante à Terapia Ocupacional, houve a colaboração do Prof. Alcyr Alves de Oliveira Junior. Já no da Educação Física, embora a Profa. Mariana Carlesso Moreira tenha sido convidada, não pôde integrar o grupo devido a incompatibilidades de horário com os encontros de trabalho. Diante disso, requereu a correção do registro na portaria de nomeação do GT. Destacou o grande potencial da universidade para o trabalho interdisciplinar, ponderando que essa prática ainda ocorre de forma pontual na instituição. Defendeu que a criação dos novos cursos representa uma oportunidade para explorar essa articulação desde a elaboração dos currículos, o que beneficiará não apenas as novas graduações, mas também aprimorará os projetos já existentes na área da reabilitação por meio do desenvolvimento de práticas em clínicas interdisciplinares. A conselheira Fernanda Cechetti, manifestando-se em nome da coordenação do curso de Fonoaudiologia, celebrou a possibilidade de implementação do curso de TO, ressaltando o potencial de cooperação entre as duas profissões na prática clínica. Apontou, contudo, a ausência de um representante da sua área no respectivo GT, dada a importante intersecção entre os campos de conhecimento, e sugeriu a inclusão de um docente do curso nas próximas etapas dos trabalhos para contribuir na construção conjunta da matriz curricular. O conselheiro Luís Henrique Telles da Rosa parabenizou os envolvidos na elaboração das propostas. Relembrando sua participação em discussões passadas para a criação de cursos na universidade, inclusive o de Educação Física, mencionou as reflexões trazidas recentemente pela ex-reitora, Professora Lucia Campos Pellanda, sobre a necessidade de planejar o futuro e garantir a sustentabilidade institucional. Destacou o compromisso social da instituição como uma universidade da saúde de reconhecida qualidade. Defendeu que a participação nos programas vigentes de expansão do Governo Federal deve ser vista sob uma perspectiva diferenciada para assegurar a estabilidade a longo prazo, uma vez que tais políticas viabilizam o financiamento para laboratórios e a abertura de novas vagas para o corpo docente, elemento este que impulsiona o crescimento universitário. Ressaltou, ainda, o potencial transformador dos cursos de TO e Educação Física para a graduação e a pós-graduação, argumentando que sua implementação promoverá forte interlocução com as áreas já consolidadas, como Psicologia, Fonoaudiologia e Medicina, elevando o patamar da interdisciplinaridade na formação dos estudantes. Quanto aos desafios de infraestrutura e parcerias, ponderou que a universidade já possui sólida experiência em convênios jurídicos com entidades privadas, como a Santa Casa, e também com a rede pública municipal de saúde para a realização de estágios. A senhora Presidente destacou que a pluralidade de pontos de vista e o compartilhamento de preocupações semelhantes promovem o amadurecimento institucional. Sinalizou que, embora o Conselho esteja condicionado a prazos, momentos de reflexão ampliada com a representação de toda a comunidade acadêmica são fundamentais para pensar a universidade em seu aspecto macro. Ressaltou que essas discussões se alinham diretamente ao compromisso social e institucional previsto nos documentos norteadores da universidade, citando expressamente o Projeto Pedagógico Institucional, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Planejamento Estratégico. A conselheira Thatiane Alves Pianoschi Alva direcionou os questionamentos à

docente convidada da instituição parceira. Solicitou esclarecimentos sobre a estrutura do curso de TO daquela universidade, especificamente sobre o quantitativo anterior e atual de vagas ofertadas, bem como sobre o número de docentes que ingressaram para atender à implantação e ao funcionamento do referido curso. A docente convidada Daniela Tonus esclareceu que a oferta inicial daquela instituição era de 70 vagas anuais, quantitativo que foi reduzido para 40 vagas. Informou que o corpo docente atual do curso de TO é composto por cerca de 14 professores, contando ainda com a colaboração de terapeutas ocupacionais que atuam na supervisão de estágios (técnicos em educação) e servidores técnico-administrativos, perfazendo um total de aproximadamente 20 profissionais envolvidos. A conselheira Thatiane Alves Pianoschi Alva, a partir de sua experiência na área da Física Médica, relatou que esse campo de atuação surgiu atrelado à ciência tradicional e se consolidou com nomenclaturas específicas (Física Médica ou Física com alguma outra ênfase). Diante disso, questionou se o curso de Educação Física trará uma ênfase diferenciada e de que forma o mercado de trabalho absorverá esse egresso, considerando que a referida área já possui uma aderência intrínseca com a saúde. Também fez um relato como docente ingressante no processo anterior de expansão universitária, alertando sobre as dificuldades enfrentadas na implementação prática daquela graduação, mencionando que as treze vagas docentes originalmente pactuadas não foram totalmente efetivadas. Solicitou que, caso as novas propostas sejam aprovadas, o quantitativo docente pactuado neste momento seja formalmente registrado, evitando perdas futuras. A conselheira Gabriela Gonçalves Roliano relatou que algumas disciplinas tinham baixa densidade de estudantes e defendeu que a grade seja aberta e compartilhada entre diferentes graduações, permitindo que alunos de múltiplos cursos se inscrevam na mesma turma. Argumentou que esse modelo otimiza a carga horária docente, o espaço físico e potencializa o aproveitamento das vagas disponibilizadas por meio de turmas mais cheias. Além disso, destacou que a desvinculação desses componentes a um curso específico confere maior flexibilidade aos discentes, possibilitando que eles cursem os componentes em momentos alternativos de sua trajetória acadêmica. A senhora Presidente informou que a PROGRAD está em tratativas com os Departamentos para a unificação dos códigos das disciplinas, visando à otimização dos espaços físicos e da carga horária docente. Sinalizou que a presença de alunos de diferentes cursos em uma mesma sala de aula fortalece a formação multidisciplinar desde o início da trajetória acadêmica, ampliando a visão dos futuros profissionais sobre o seu papel na área da saúde. O Alberto Reinaldo Reppold Filho informou que a atribuição do GT nesta primeira etapa consistiu em analisar a pertinência da implementação dos cursos e apresentar informações preliminares para subsidiar o debate e que o detalhamento, como a matriz curricular, integrará a próxima fase dos trabalhos com a ampliação dos grupos. Respondendo ao questionamento da conselheira Thatiane Alves Pianoschi Alva, explicou que a legislação nacional prevê apenas as titulações de licenciatura e bacharelado em Educação Física, estruturadas sobre os eixos da saúde, esporte, lazer e cultura. Esclareceu que, embora as diretrizes curriculares permitam que cada instituição adote uma ênfase específica na organização do seu curso, essa particularidade não consta formalmente no diploma do egresso. Defendeu que o grande diferencial do profissional formado pela instituição será a alta qualificação voltada à área da saúde, o que o posicionará de forma competitiva no mercado de trabalho. Em resposta à preocupação da conselheira Ana Trindade Winck a sobre a inserção profissional, o convidado pontuou que os concursos públicos exigem a titulação geral de bacharel em Educação Física. Sustentou a convicção de que a sólida formação e a especificidade do currículo proposto prepararão os graduandos para obterem excelente desempenho nesses certames, suprimindo uma lacuna de profissionais qualificados com esse perfil no mercado. Compartilhou sua experiência prática na UFRGS, onde atuou diretamente na gestão durante o processo de criação e implantação dos cursos de Fisioterapia e Dança. Traçou um paralelo entre o momento atual com o histórico do REUNI, caracterizando-os como duas oportunidades distintas para a expansão. Além disso, defendeu que as demandas presentes e os projetos de planejamento futuro não devem ser tratados como forças antagônicas ou excludentes, ponderando que a resolução dos problemas estruturais de hoje não impede a universidade de se arriscar na busca por novos horizontes. Afirmou que, embora o citado programa não tenha solucionado todas as necessidades das graduações pré-existentes, em geral a iniciativa foi positiva para o fortalecimento do ensino público, para o acesso dos estudantes e para a consecução de novas vagas de professores e servidores. A senhora Presidente agradeceu ao professor visitante Alberto Reinaldo Reppold Filho e destacou três pontos fundamentais. O primeiro refere-se ao compromisso institucional, ressaltando que a gestão tem o dever de honrar o planejamento coletivo construído ao longo do tempo, em estrita consonância com o PDI, o PPI e o Planejamento Estratégico. O segundo ponto, e o mais importante, diz respeito à demanda e responsabilidade social, apontando o impacto positivo que novos cursos na instituição, reconhecida como uma das melhores universidades públicas do país, trazem para a sociedade.

Defendeu que a expansão representa um motor de desenvolvimento científico, cultural e tecnológico, além de atuar na democratização do acesso ao ensino superior e no combate às iniquidades na formação em saúde de qualidade. O terceiro ponto abordado foi a janela de oportunidade apresentada pelo Governo Federal, contrastando com a ausência de perspectivas de expansão nos últimos dez anos, período em que a universidade consolidou os cursos existentes. Informou que as 69 universidades federais estão realizando esse debate de expansão de seus cursos. Esclareceu que a submissão das propostas não assegura o deferimento automático pelo Ministério da Educação (MEC), que avaliará critérios como a interiorização das vagas. Desse modo, as graduações em debate podem não ser efetivamente implementadas, mesmo com a anuência do Conselho. Por fim, a Presidente detalhou o cronograma do processo, informando que o prazo para manifestar a intenção junto ao MEC se encerra no corrente mês de maio, tratando-se de um movimento inicial de sinalização das cinco propostas em discussão. Explicou que caberá à instituição indicar suas prioridades com base na viabilidade de curto e médio prazo. Diante do caráter exíguo dos prazos governamentais, comunicou que já possui reunião agendada para meados de maio com a Secretaria de Educação Superior (SESU/MEC) para apresentar o panorama global dessas demandas e reforçar a necessidade de implementação dos cursos. Ressaltou que a janela de oportunidade se justifica fortemente pelo perfil institucional de "Federal da Saúde". Esclareceu que há um direcionamento muito claro do Governo Federal para graduações como Fonoaudiologia, Psicologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional dentro do projeto de "Universidades Inclusivas", o qual se soma ao projeto das "Universidades Inovadoras", já debatido pelo Colegiado no mês anterior. Ponderou que, embora a oportunidade esteja posta, a instituição possui total autonomia para decidir quanto à adesão aos programas. Pontuou que deliberações dessa magnitude exigem ampla discussão não apenas no âmbito deste Conselho, mas com toda a comunidade acadêmica. Nesse sentido, anunciou a realização do Fórum do PPI (Projeto Pedagógico Institucional) no dia treze de maio, ocasião em que a universidade estará mobilizada para apresentar, de forma global, as propostas em debate. Defendeu que esse espaço coletivo será fundamental para o esclarecimento de dúvidas e para uma construção compartilhada, reiterando que a expansão não é um ato unilateral, mas uma decisão do Conselho máximo da universidade. Concluiu lembrando que, mesmo com a garantia integral de vagas e recursos por parte do governo, os riscos são inerentes a qualquer processo de crescimento. Questionada pela conselheira Andréia Carolina Duarte Duprat quanto aos prazos e qual seria o edital de submissão, a senhora Presidente esclareceu que se tratava de projetos específicos do MEC denominados "Universidades Inclusivas", "Universidades Inovadoras" e "Universidades Transformadoras", conforme apresentado pela Profa. Lucia Campos Pellanda. Quanto aos prazos, informou que eles são exíguos. O MEC solicitou o envio de um formulário de intenções, cujo objetivo é apenas sinalizar as propostas atualmente em discussão na universidade. E havendo uma manifestação positiva deles, será iniciado o fluxo dos prazos internos para a avaliação detalhada dos projetos pedagógicos. Lembrou que o limite para a inserção desses projetos no sistema federal encerra-se em setembro, visando a uma eventual implementação das novas graduações para o segundo semestre de 2027. Diante disso, manifestou o forte desejo de realizar a discussão e a votação das cinco propostas de cursos novos já na primeira sessão do Conselho do mês de junho, possivelmente em sessão extraordinária, garantindo assim tempo hábil subsequente para a estruturação dos projetos pedagógicos. A senhora Presidente informou que o Gabinete da Reitoria encaminhará um convite oficial para que os departamentos de Saúde Coletiva, Fonoaudiologia e Psicologia, atendendo a manifestação dos conselheiros para indicação de representantes para integrar os GTs. Questionada pela conselheira Ana Trindade Winck se os prazos para os projetos de expansão das vagas nos cursos já existentes na universidade seriam os mesmos, a senhora Presidente esclareceu que, para essas graduações, a tramitação dispõe de maior prazo, até setembro, por já constarem na plataforma do MEC.

**4. Assuntos Gerais. 4.1. UFCSPA Acolhe.** A senhora Presidente reiterou o convite para o UFCSPA Acolhe, no dia 23 de maio, solicitando a participação da comunidade acadêmica. Mencionou que a edição anterior registrou expressivo público, com a presença de cerca de 5 mil pessoas, e manifestou a expectativa de superar essa marca este ano. Informou que o Restaurante Universitário funcionará na data do evento, mediante reserva prévia dos tíquetes. As ações de divulgação já estão em andamento nas redes de ensino municipal e estadual, sendo que os interessados em obter o material digital para compartilhamento devem encaminhar solicitação para o e-mail [eventos@ufcspa.edu.br](mailto:eventos@ufcspa.edu.br). Comunicou que as inscrições para tutores, monitores e assistentes da organização do evento estão abertas até o dia 14 de maio.

**4.2. Fórum do Projeto Pedagógico Institucional (PPI).** A senhora Presidente reiterou o convite para o Fórum PPI, a ser realizado no dia 13 de maio, quarta-feira, com início às 9 horas no Salão Nobre. Sinalizou que não haverá atividades letivas na data, tendo em vista a mobilização da instituição para o evento. Pontuou que o Fórum

é um espaço coletivo para debater o cenário atual e planejar o futuro da universidade. **4.3. Desligamento Representação Discente e da Sociedade.** A senhora Presidente informou que a senhora Helena Dahne Bartelle, representante da sociedade civil, solicitou desligamento do colegiado em razão de motivos familiares que impediam a sua continuidade e o comparecimento às sessões. Em seguida, relatou o recebimento de manifestações de indisponibilidade de dois representantes discentes do curso de Informática Biomédica, eleitos em 2025: o conselheiro Samuel Miller Eichner, na condição de titular, e a conselheira Mell Amisa Matsuda, como suplente. Esclareceu que, diante dessas vacâncias, a universidade deverá aguardar a publicação do próximo edital de eleições para recompor as respectivas representações no Conselho. **4.4. Desafio UFCSPA.** A senhora Presidente informou sobre o andamento da chamada aberta para o Desafio UFCSPA/Santa Casa/Sebrae, iniciativa voltada à inovação e à elaboração de soluções para desafios no ambiente hospitalar. Mencionou a expressiva procura pela convocação, comunicando que, das 80 vagas disponibilizadas, a instituição já registrava 75 inscritos, embora o período de inscrições permanecesse aberto até o dia 22 de maio. **4.5. UFCSPA Emerge.** A senhora Presidente comunicou também a abertura da chamada para a segunda fase do UFCSPA Emerge. Informou que, por meio dessa iniciativa, serão selecionados 15 laboratórios com o objetivo de prepará-los para a atração de projetos de pesquisa e desenvolvimento, prestação de serviços e ampliação da interação com o setor produtivo. Pontuou que as inscrições permanecerão abertas até o dia 15 de maio e que o requisito para a candidatura é a participação prévia na primeira fase da iniciativa. **4.6. Inauguração da Cabine 1 para Reuniões.** A senhora Presidente anunciou a inauguração de uma cabine de reuniões no Prédio 3, programada para as 13h30 do dia 13 de maio, durante as atividades do Fórum do PPI. Explicou que a iniciativa faz parte de uma estratégia voltada à otimização dos espaços físicos da instituição, visando suprir a demanda por locais adequados para reuniões, atendimentos individuais entre docentes e discentes, ou para o acolhimento de visitantes. Sinalizou que a estrutura poderá servir de modelo para futuras implementações na universidade, visando à qualificação da infraestrutura de trabalho e atendimento. **4.7. Instituto Karolinska.** A senhora Presidente comunicou a próxima visita de representantes do Instituto Karolinska, prevista para ocorrer na última semana de maio. Informou que a agenda integra um projeto voltado à qualificação do ensino de pós-graduação, compreendendo consultoria de especialistas para a reestruturação de currículos e implementação de novas metodologias de ensino. Informou que a conselheira Ana Luiza Pires de Freitas coordena a iniciativa e atuará para o desenvolvimento das atividades. Com a palavra, ela complementou informando que a instituição parceira é reconhecida na área de ciências da saúde e que a cooperação, iniciada há cinco anos, entra agora em uma fase de consolidação. Comunicou que a abertura de inscrições para a participação da comunidade acadêmica nas atividades da visita será divulgada pelo SIUR. **4.8. Manutenção dos banheiros.** O conselheiro Nicolas Endrius Torres Lopes sinalizou que há banheiros interditados, questionando sobre a previsão de conclusão da transição contratual com a nova empresa de manutenção e liberação dos espaços. A conselheira Luciani Spencer informou que os chamados emergenciais, especialmente os relacionados aos banheiros e vazamentos, são priorizados e que a situação deve estar regularizada no decorrer da próxima semana. Sem outros assuntos a tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença e a participação de todos e encerrou a sessão às 18 horas e 21 minutos. Para constar, eu, Gabriela Frank, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente ata que, após ser lida e aprovada pelos conselheiros, será assinada pela senhora Presidente e por mim.

JENIFER SAFFI  
Presidente do CONSUN

GABRIELA FRANK  
Secretária dos Conselhos Superiores



Documento assinado eletronicamente por **Jenifer Saffi, Presidente do Conselho Universitário**, em 03/07/2026, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Frank, Secretária dos Conselhos Superiores**, em 24/07/2026, às 08:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufcspa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufcspa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2506314** e o código CRC **2697E8B7**.

---